



Educação Popular em Saúde em Tempos de Teologia do Domínio no Brasil: Olhares humanistas a partir do Observatório de Educação Popular em Saúde e a Realidade Brasileira

Educación Popular en Salud en Tiempos de Dominio de la Teología en Brasil: Perspectivas Humanistas desde el Observatorio de Educación Popular en Salud y la Realidad Brasileña

José Carlos da Silva
Daniella de Souza Barbosa
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
João Pessoa – Paraíba – Brasil

Resumo

Esta produção tece uma análise sobre o papel da Educação Popular em Saúde em tempos de Teologia do Domínio no Brasil, produzindo reflexões sobre as lógicas de pensamentos conservadores e humanista no enfrentamento ao evento epidemiológico da COVID-19 nos Governos Bolsonaro e o Terceiro Governo Lula, a partir das contribuições e da função social do Observatório de Educação Popular em Saúde e a Realidade Brasileira e sua intenção de promover reflexão sobre a situação, e ao mesmo tempo fortalecer a participação das pessoas nas práticas de educação popular em saúde (EPS), que utilizou-se de ferramentas digitais para encontros virtuais e debates sobre a conjuntura brasileira.

Palavras-chave: Educação Popular em Saúde; Teología del Dominio; Pensamiento Humanista.

Resumen

Se trata de un análisis del papel de la Educación Popular en Salud en tiempos de la Teología del Dominio en Brasil, produciendo reflexiones sobre la lógica del pensamiento conservador y humanista en el enfrentamiento del evento epidemiológico de la COVID-19 en los Gobiernos de Bolsonaro y del Tercer Gobierno de Lula a partir de las contribuciones y la función social del Observatorio de Educación Popular en Salud y la Realidad Brasileña y su intención de promover la reflexión sobre la situación y al mismo tiempo fortalecer la participación popular en las prácticas de educación popular en salud (EPS), que utilizaron herramientas digitales para encuentros y debates virtuales sobre la situación brasileña.

Palabras clave: Educación Popular en Salud; Teología del Dominio; Pensamiento Humanista.

1. Introdução

Entre 2021 e 2022, a situação da COVID-19 trouxe diferentes desafios para todo o mundo. Repercussões em todas as áreas da sociedade foram devastadas atingindo diferentes campos como economia, saúde, política, cultura e vida social, com prejuízos gigantescos na área da saúde em todo o planeta, e também muitos novos aprendizados e reinvenções de modos de ser e de conviver para toda a humanidade.

Este artigo, em formato de relato de experiência, visa contribuir com reflexões sobre ideários conservadores e humanistas inspirados na experiência do Estágio e no Projeto Pós-Doutoral em Educação apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação na Linha de Pesquisa Educação Popular do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba como pré-requisito para obtenção do título de pós-doutor em Educação, sob a supervisão do Professor Doutor Pedro José Santos Carneiro Cruz e co-supervisão da Professora Daniella de Souza Barbosa. Além disso, ele tenta refletir sobre a contribuição da Educação Popular e da Extensão Popular no campo humanista, a partir das experiências vivenciadas durante os diálogos do Observatório de Educação Popular e a Realidade Brasileira.

No Brasil, a situação foi ainda mais desastrosa, porque além dos aspectos epidemiológicos, o país teve que enfrentar políticas necrófilas, negação da ciência, falta de políticas sociais e econômicas que pudessem amenizar as dores e mazelas oriundas da situação pandêmica, fruto de um governo federal que, aproveitando-se do poder, implementou políticas públicas de morte.

O Observatório de Educação Popular em Saúde e Realidade Brasileira, iniciado em 2021, buscou manter a atividade do movimento de educação popular em saúde (EPS) durante a pandemia da COVID-19, utilizando ferramentas digitais para encontros virtuais e debates sobre a conjuntura brasileira. O objetivo era promover a reflexão sobre a crise e os desafios, ao mesmo tempo em que fortalecia a participação das pessoas envolvidas nas práticas de Educação Popular em Saúde (EPS).

A decisão do governo brasileiro de Bolsonaro, à época, em relação ao trato com a questão da pandemia da Covid-19, faz-nos rememorar o que nos sinaliza Mbembe (2018), em seu tratado da Necropolítica. O autor nos ensina tal conceito filosófico que discorre sobre uma forma de poder político e social que determina e decide quem pode morrer e quem pode viver.

Mbembe (2018), ainda nos indica que a lógica do estado de exceção é usado para forjar uma narrativa de inimigos, tornando essa forma de pensar e agir, que se ancora na autorização para matar pessoas que são consideradas inimigas de certos grupos de poder, e assim, justificar o extermínio, que pode ser de negros, mas também pode ser compreendido e aplicado para outras raças, classes sociais, gênero e orientação sexual.

Trata-se, portanto, de uma maneira de exercício do poder, que controla e regula forma de vida e morte, na maioria desigual, iníqua e injusta, construída social, política, cultural e economicamente entre classe, gênero e raça, de forma hierarquizada, entre quem pode decidir e quem não pode decidir sobre viver e morrer. Isso constitui-se, assim, de formas de iniquidades no acesso às políticas públicas, impactando negativamente para os empobrecidos, negros, mulheres, em diferentes formas, em suas expressões de vida.

Isso nos indica que a Necropolítica foi implantada e implementada no Governo de Bolsonaro no período da Covid-19, tendo como consequência, ainda e sempre, a forma de como os processos de adoecimento e morte de pessoas por tal evento epidemiológico. Cabe aqui também destacar o importante papel da educação popular em saúde e do Observatório de Educação Popular em Saúde e Realidade Brasileira na produção da vida e da saúde.

Vale salientar a importância da visibilidade e compreensão das repercussões adjetivadas do que significou o modus operandis do Governo Bolsonaro durante a pandemia, elencando inclusive, possíveis desafios para a sociedade brasileira, no tocante às agendas políticas, econômicas, sociais, culturais e da ciência e como esses desafios repercutem na era pós-pandemia.

A Era Bolsonaro (2019-2022) foi um período de intensificação de práticas políticas e sociais de ordem fascista, de corrupção, de negação da ciência com reforço aos processos de orientação para o ódio e o desamor. Essa lógica foi assoladora na área da saúde com uma política de morte, aproveitando a situação da COVID-19 para fortalecer experiências de aniquilamento das classes sociais mais vulnerabilizadas, ao mesmo tempo em que avançou com a implementação de uma cultura política de ultradireita no Brasil:

O avanço da pandemia de COVID-19, doença causada pelo vírus SARS-CoV-2, tem causado impactos na área da saúde e nas arenas sociais, econômicas e políticas. A evolução do número de casos e óbitos colocou à prova sistemas de saúde, atingiu populações e grupos vulneráveis, fragilizou economias e modificou dinâmicas de sociabilidades das mais diferentes formas (Santana, et al. 2020; pág. 11).

Essa situação levou inúmeras pessoas e instituições a desenvolverem experiências para amenizar as situações de sofrimento a partir de apoio solidário. O movimento de Educação Popular em Saúde (EPS) é uma das inúmeras organizações que colaborou para a convivência consciente e solidária com a COVID-19, com a luta pela democracia, saúde e a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), ambos, descuidados ou atacados durante o Governo Bolsonaro.

A contribuição da EPS foi visível no que concerne aos processos educativos em saúde, na construção de redes de apoio solidário, na mobilização em apoio aos processos de produção científica, na organização de experiências em defesa da vacinação contra a COVID-19 e na produção de práticas de alimentação para sanar a fome e o flagelo das pessoas em situação de penúria.

Fernandes et al. (2022) afirmam que a EPS tem tido importante papel no que tange à capacidade de resignificar, também funcionando como instrumentos significativo na construção de experiências e práticas de saúde numa perspectiva da integralidade, em particular, por ampliar a inter-relação entre diversas profissões, especialidades, serviços, pessoas e organizações envolvidas no enfrentamento aos problemas concretos e específicos de saúde, e também colaborar no fortalecimento e orientação de práticas, saberes e lutas populares.

Se, por um lado, são visíveis e compreensíveis os desafios no que tange à dimensão da busca para não ser uma mera alternativa, a Educação Popular em Saúde tem aos poucos - e sobre tensionamento ideológico, ético, político e estético - avançado em diferentes aspectos no campo da Saúde Coletiva. E isso tem se tornado, ao mesmo tempo em novas demandas, bem como em novos desafios, agendas e (re)arranjos políticos e institucionais.

Diferentes cenários tornaram-se espaços de disputas no campo da EPS, já que essa não é uma prática social hegemônica, nem muito menos uniforme entre os atores de Educação Popular em Saúde, quer seja no movimento social, na academia, na atenção à saúde e também na gestão do Sistema Único de Saúde Brasileiro (SUS).

Apesar das limitações de ordem cultural, política e econômica para a realização de ações de Educação Popular em Saúde (EPS) no SUS, surgem com frequência experiências notáveis. Entre elas, destaca-se o Observatório de Educação Popular em Saúde e Realidade Brasileira — uma iniciativa do Programa de Extensão Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB), apoiado pelo Grupo de Pesquisa em Extensão Popular

(EXTELAR) e vinculado ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR) da UFPB. Conforme descrevem Cruz et al. (2023, p. 104), o Observatório consiste em “uma atividade realizada com a finalidade de propagar a EPS e reunir seus atores, trazendo discussões de temas relacionados às percepções das práticas sociais em saúde, especialmente na Atenção Primária à Saúde (APS) no SUS”, buscando, assim, fomentar o debate nesse contexto.

A contribuição do Observatório de Educação Popular em Saúde e Realidade Brasileira inicia-se no período da COVID-19, numa tentativa de produzir conhecimento acerca de formas de prevenção desta síndrome respiratória aguda grave, bem como evidenciar experiências de promoção da saúde, defender políticas públicas sociais, e, em especial, defender a democracia.

A ideia principal da ação é fazer uma análise crítica da conjuntura brasileira e de sua movimentação atual, além de promover diálogos entre protagonistas de movimentos sociais, práticas populares e experiências de EPS de todo o país, na perspectiva de vislumbrar caminhos, alternativas e possibilidades de superação das situações-limite vivenciadas nesses espaços, especialmente diante dos desafiadores processos vivenciados no contexto do enfrentamento à pandemia de COVID-19 (Cruz, et tal, 2023;pág.104).

Postas essas considerações, é necessária a produção de conhecimento e consciência ético-política de que é impossível dissociar o pensamento orientador dos governos e o que esses fizeram ou deixaram de fazer acerca da democracia e do modo de enfrentamento da situação pandêmica da COVID-19 e da garantia do direito à saúde e à vida.

Fazendo ponderações acerca dos processos do Observatório e dos princípios da Educação Popular em Saúde (EPS), a problemática aqui anunciada é: como são compreendidas as fases dos governos conservadores e humanistas e as novas formas organizativas da Educação Popular durante e pós-pandemia da COVID-19, a partir do Observatório de Educação Popular em Saúde e Realidade Brasileira?

Sem nenhuma pretensão de esgotar o processo de reflexão nesse estudo, busca-se entender a centralidade de temas como: compreensão dos participantes do Observatório de Educação Popular em Saúde e Realidade Brasileira sobre as concepções dos governos Bolsonaro e Lula e suas agendas de enfrentamento da COVID-19, e as contribuições no campo da Educação Popular em Saúde com a análise da experiência, e com isso, produzir e difundir a EPS como ideia e metodologia de construção da democracia e convivência com a pandemia e no período pós-pandemia da COVID-19.

2. A lógica da Teologia do Domínio versus o pensamento humanista para a convivência com a covid-19 e o fortalecimento da democracia

Configura-se como Teologia do Domínio, a popularização da forma de pensar e agir de grupos evangélicos, inspirados em pensadores da área oriundo dos Estados Unidos, que interpreta a partir do livro Gênesis (1.28), a compreensão de domínio da terra, ampliando e aplicando de forma irrestrita aos seres humanos, de modo particularmente restrito aos cristãos, a capacidade de realizar a missão salvadora, tornando isso em uma visão de mundo de poder político (PEREIRA, 2023).

Mariano (199;2004), aponta que tal fenômeno é crescente desde o século anterior, e que repercute tanto no campo religioso quanto nos meios de comunicação e nos partidos políticos, com grande influência nas estâncias reguladoras e em outros organismos do estado, sempre tratando de interesses de pautas religiosas保守adoras, como a defesa da família tradicional e posição contrárias ao aborto, por exemplo.

Segundo Rushdoony (2010), os cristãos evangélicos devem seguir uma doutrina em que qualquer pessoa ou coletivo de orientação humanista podem ser vistos como inimigos, devendo ser rejeitados ou execrados. Isso posto, é possível que os humanistas sejam taxados de demoníacos, comunistas, anarquistas, conservadores, socialistas, fascistas e republicanos.

No contexto brasileiro ressalta-se que existe um movimento em curso se fortalecendo, onde a eleição de Bolsonaro, representou o avanço de um projeto político que busca consolidar a máxima de transformar a sociedade brasileira em uma nação cristã evangélica, mediante a conquista do país para Jesus, e essa conquista vai sendo realizada paulatinamente a partir de conversão individual, por inculcação de moral cristã e do uso da mídia e das igrejas, que ancoram projetos de poder para o parlamento, o judiciário e o executivo (Mariano, 1999).

Crucial para contraposição a esse tipo de pensamento, é produção do conhecimento, e, é necessário produzi-lo atento às várias concepções de ciência e de visão de mundo e de pessoa, porque, afinal, o conhecimento sempre está à serviço de alguém ou de um modelo de sociedade, de economia, de cultura e da vida política. Fato é que não existe neutralidade na ciência; por isso é importante que o pesquisador esteja bem situado acerca da sua intencionalidade e missão para, com isso, colaborar com os anseios de parte da sociedade e a quem ele deseja servir.

Nos processos de contraposição aos ideários da Teologia do Domínio, encabeçado por lideranças religiosas evangélicas, capitaneado por Bolsonaro, observa-se que, experiências do campo democrático e popular tem sido o fiel da balança, onde lideranças consignatárias de projeto de defesa da democracia e do estado de direito, liderado por Lula ganham destaque no que concerne ao projeto popular, criando tensionamento em defesa da soberania nacional.

Um dos sentidos dos processos de Educação Popular em Saúde (EPS) é a sua concepção emancipatória, humanizadora, reflexiva e de produção de diálogo entre pessoas e saberes produzidos por elas. Diante disso, pensar a EPS e também pensar e agir com a intencionalidade de afetar amorosamente as pessoas nos seus processos de viver e de agir no mundo.

O estudo aqui proposto no âmbito do Observatório de Educação Popular em Saúde e Realidade Brasileira desenvolvido pelo PINAB, com o apoio do EXTELAR da UFPB, deve ser desenvolvida de acordo com os pensamentos estruturantes da Educação Popular em Saúde (EPS), em especial, do pensamento freiriano no campo da Saúde Coletiva e da Saúde Pública.

Procuraremos também pesquisar temas que podem dar sentidos importantes a esse estudo - contribuições da EPS a partir dessa entidade, durante a pós-pandemia da COVID-19 - temas correlatos, tais como: teologia do domínio, democracia, participação popular e EPS; e, no bojo da Educação Popular, dar uma atenção especial, ao princípio da dialogicidade e suas bases estruturantes, como isso se dá no contexto do Observatório de Educação Popular em Saúde e da realidade brasileira.

3. Golpe de estado e o avanço do campo conservador enquanto projeto de poder no Brasil

O Brasil viveu recentemente, em 2016, um golpe de Estado com a deposição do Governo Dilma, um projeto de poder de alargada composição política, mas que não foi o suficiente para a garantia de uma líder do campo democrático e popular, que, de algum modo, buscava garantir, em menor ou maior grau, políticas públicas para as classes mais vulneráveis, com algum tipo de política distributiva como Bolsa-Família, Minha Casa Minha Vida e Mais Médicos, por exemplo.

Com a deposição legal da presidente Dilma, com o apoio da mídia da classe dominante, mas também dos sistemas de Justiça, do Parlamento e de parte do Executivo, assume o vice-

presidente, Michel Temer, que esteve ligado à formulação intelectual do golpe, que, ao assumir, providenciou reformas danosas para a população mais pobres, como a reforma trabalhista, a reforma da previdenciária e a do ensino médio, essa última tendo, como mentor, o ministro da educação, Mendonça Filho.

No período do Governo Temer (2016-2019), que operou reforços para políticas neoliberais e contribuiu para a eleição do Bolsonaro (2019-2022), políticas de perseguição aos opositores, atos político-jurídicos, com a Operação Lava-Jato; a desinformação enquanto prática política, ao mesmo tempo que buscava manipular as massas, também atacava a principal liderança do campo democrático e popular – o ex-presidente Lula. Este foi preso e resistiu desde a sua prisão, tornando-se o principal adversário de Bolsonaro nas eleições de 2022. Entretanto, mesmo com todos os modos de corrupção e notícias falsas, realizadas nas eleições, Lula venceu o Bolsonaro, ficando, então, como desafio, no período de 4 anos (2023-2026), reorganizar o País e combater o fascismo-bolsonarista, que ainda persiste.

Durante todo o Governo Bolsonaro (2019-2022), o Brasil dividiu-se em blocos ideológicos sobre a vida e o ser humano, antagonicamente estruturados. De um lado, os fascistas, os conservadores, as pessoas do neopentecostalismo, os mercadores da fé; no Congresso Nacional, os parlamentares da “Bíblia, da Bala e do Boi”, homens e mulheres do Estado Mínimo. Do outro lado, pessoas que buscaram resistir aos ataques a democracia, os humanistas, pessoas do campo democrático e popular, homens e mulheres que se entrincheiraram em lutas cotidianas para evitar que o fascismo alargasse ainda mais sua presença no Brasil, reforçando, também, a defesa incessante da democracia e da soberania nacional.

A ascensão do Bolsonaro ao poder teve importante papel dos mais ricos do Brasil, e também de ala significativa das Forças Armadas, dos criadores de gado e de pessoas ligadas ao campo miliciano. Mas teve fundamental colaboração dos cristãos conservadores, de todas as religiões cristãs, em especial, das igrejas evangélicas neopentecostais, a partir da Teologia do Domínio, fazendo, assim, com que o messianismo pudesse ser colocado em prática e prometendo um Céu na Terra (Rocha, 2020).

Assim, ao tratar da Era Bolsonaro, é necessário, além de fazer menção ao momento da pandemia da COVID-19, promover uma reflexão sobre os retrocessos civilizatórios de seu governo e de sua existência na função de líder de extrema direita brasileira, identificando e elencando possíveis prejuízos para nossa sociedade, quer seja do ponto de vista da ascensão

da ideologia de direita e/ou também dos prejuízos causados aos mais empobrecidos e aos aspectos de implementação e/ou não de políticas públicas para garantia de direitos, sem deixar de refletir, a partir da dialética, como estabeleceu-se essa ideologia e tratou a saúde do povo brasileiro.

4.Terceiro governo Lula, agenda de reconstrução nacional e políticas públicas de convivência com a COVID-19

A Terceira Era Lula (2023 até hoje), chegou com lógica de quem venceu o Governo Bolsonaro, ao retomar o fortalecimento da democracia e das instituições democráticas tão atacadas por Bolsonaro e pelo bolsonarismo, de reestruturar a economia, reorganizar as políticas públicas, reerguer o SUS, refazer as políticas distributivas e organizar um novo modelo de Ciência e Tecnologia para o Brasil, além de pregar o amor para contrapor-se ao ideário de ódio pregado pelo governo anterior, mesmo que possamos sinalizar que o Governo Lula é um governo de ampla coalização com o campo democrático e popular, mas também com o campo político de centro, centro esquerda e centro direita.

O terceiro Governo Lula aproxima-se muito da lógica de governos democráticos, da participação e da humanização. Humanização esta pensada como um processo civilizatório e de construção de sujeitos conscientes de sua realidade, como exercício de ser mais e também de solidariedade e luta pelo fim da opressão, onde as pessoas vão se humanizando nas relações entre si, e para isso é necessário consciência da realidade e entendimento da existência que uma dada classe social opõe para garantir a situação de poder e de dominação da outra (FREIRE, 2002).

No que tange à Educação Popular em Saúde, o Ministério da Saúde tenta retomar uma experiência de governos petistas anteriores - de Lula (2003 - 2011) e Dilma (2011 - 2016), como a Política Nacional de Educação Popular em Saúde, incluindo a retomada do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde e, mesmo depois de dois anos de governo, ainda não se sabe nitidamente sobre o que deve acontecer em termos de agenda estratégica e metas, incluindo, os prazos de apresentação de alguns resultados.

Nesse tocante, Vazquez e Schklegel (2023) afirmam que o mandato de Lula na sua terceira versão reforçou políticas sociais como o Bolsa-Família, recuperou outras marcas dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no campo das políticas sociais nos governos de Lula e Dilma entre os anos de 2003 e 2016, incluindo o Minha Casa, Minha Vida, dando

prioridade às pessoas de baixa renda; retomou o Programa Mais Médicos, abrindo novas vagas em soma maior do que vimos no Governo Bolsonaro; recuperou o poder valorativo do salário mínimo, aumentando-o; tirou os benefícios sociais de sua fase de estagnação, apontando, assim, a retomada do modelo de desenvolvimento econômico, orientado para estado do bem-estar social, mesmo que tenha que enfrentar cotidianamente uma luta com as forças conservadoras no parlamento.

Nesse contexto, tem-se tentando reativar a política de Educação Popular em Saúde (EPS), que, até o momento, segue apresentando reflexões, mas sem conseguir fazer entregas importantes. Como se sabe, a EPS é uma experiência não-hegemônica, como ensina-nos Vasconcelos (2017), e talvez por isso, tantos são os desafios para implementação de políticas de Educação Popular em Saúde no campo do SUS e da Saúde Coletiva.

5. Observatório de educação popular em saúde e a realidade brasileira – histórias e sujeitos durante o governo Bolsonaro, terceiro governo Lula e a pandemia da COVID-19

Mesmo que consideremos os desafios do período da pandemia do COVID-19 o conservadorismo e o negacionismo do Governo Bolsonaro (2019-2022), e o imperativo do isolamento social, a dificuldade com a atividades remotas, foi possível ofertar as contribuições em ambiente virtual remoto para a sociedade brasileira no período do muito grave da pandemia, com a cujo momento mais marcante em nosso país foi o reconhecimento de tal evento epidemiológico, como estado de calamidade pública pelo Congresso Nacional a partir do mês de março de 2020 (Decreto Legislativo N° 6, DE 2020).

Sua atuação iniciou-se no mesmo mês de março de 2020; frente a esse crítico cenário epidemiológico da COVID-19, o PINAB implementou ações a distância, utilizando tecnologias da informação e comunicação (TICs) como redes sociais (ex.: grupos de WhatsApp; página no Instagram) para manter o cuidado continuado, o compartilhamento de saberes e a promoção de espaços formativos e dialógicos com a sociedade (Souza et al., 2022). Os protagonistas do Observatório de Educação Popular em Saúde e a Realidade Brasileira, são inúmeros e de uma diversidade ímpar. Podem-se elencar, a título de exemplos de identidades de sujeitos, pessoas negras, mulheres, pessoas trans, indígenas, entre outros.

Em relação aos enfrentamentos do campo popular durante o Governo Bolsonaro, a luta pela democracia e controle da COVID-19, é salutar dizer que foi fundamental o desenvolvimento de experiências organizativas e de participação popular em todas as esferas

da sociedade, e em particular, no campo da saúde, uma das áreas mais afetadas pela ideologia de morte e também da complexidade da pandemia.

O Observatório de Educação Popular em Saúde e a Realidade Brasileira chamou nossa atenção para a ação-intenção de organização e práticas educativas em saúde em um ideal popular e democrático que recomenda e carece de participação popular, sendo a experiência deste observatório algo a ser investigado pela universidade e, se possível, após a entrega de nosso relatório, ser cientificamente difundido para inspirar e apoiar experiências similares.

6. Concepção, intenção, metodologia e construto do Observatório de Educação Popular em Saúde e a realidade brasileira

O Observatório é compreendido como uma experiência de Educação Popular em Saúde, podendo ser também visto como um lugar de escuta, reflexões, ensino, aprendizagem e de proposições tendo, do ponto de vista acadêmico, uma lógica extensionista popular, mas que também produz ensino e pesquisa sobre formas de abordagem de mobilização e práticas educativas em saúde, de forma ampliada e de caráter interdisciplinar e intercultural.

Nota-se que o Observatório orienta suas práticas na perspectiva freiriana, com a missão de perpetuar e de fortalecer a potencialidades do reunir, do compartilhar, do perceber e do agir para dessa maneira construir, colocando, como uma de suas premissas, o diálogo e a troca de conhecimentos para, com isso colaborar para que as pessoas “avancem como cidadãos, profissionais e também como sociedade” (Cruz et tal, 2023; pág.105).

Todo o processo organizativo da metodologia perpassa por um planejamento participativo, em que se define o tema de cada sessão em, durante esta, os moderadores recebem convidados de reconhecido saber sobre o tema. Depois do planejamento, a etapa seguinte é uma sessão discursiva-reflexiva, com a apresentação do tema pelo convidado; em seguida, acontecem os debates e as reflexões, mediadas por membros da coordenação do observatório, o que reforça o caráter participativo da organização e da metodologia.

Com relevante expressão, o Observatório de Educação Popular em Saúde e a Realidade Brasileira, tem atuação nas regiões Norte, Sudeste, Nordeste, Sul e Centro Oeste, contando com a participação de pessoas dos estados do Pará, Amazonas, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Tocantins, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal São Paulo.

O Relatório Observatório de EPS e Realidade Brasileira (2024) sinaliza que, desde a sua gênese, o Observatório já realizou 16 (dezesseis) sessões, abordando diferentes temas, contando com a participação de 222 (duzentos e vinte e dois) inscritos no grupo de WhatsApp, 935 (novecentos e trinta e cinco) no Canal de YouTube do PINAB, com a média de 130 a 200 pessoas em cada sessão, que acontece bimestralmente, com duração de 2 (duas) horas, em média.

A busca por uma concepção e prática emancipatória do Observatório tem-se fortalecido na medida em que os encontros recebem, a cada dia, um maior número de participantes e os temas desenvolvidos também são ampliados, acolhendo as demandas de temas sugeridos pelos próprios participantes em processos de escuta e diálogo com as pessoas que coordenam o observatório.

7. Educação Popular em saúde e o pensamento de Paulo Freire: bússola para o observatório de educação popular em saúde e a realidade brasileira

Diante de uma experiência de dominação e opressão, pode-se buscar inspiração no pensamento freiriano no campo da saúde, a partir da EPS, vivida na Saúde Pública (e na Saúde Coletiva) desde a década de 1970, tem como um outro campo de luta pela emancipação – e Teologia da Libertação, em que profissionais de saúde, apoiadores das ideias de Paulo Freire, realizavam ações educativas em saúde com uma perspectiva crítica e reflexiva sobre as condições de existência e também por garantir direitos e defesa da democracia.

Transitando pela ideia de EPS e o que se apresenta mais fortemente sobre sua intencionalidade política acerca do processo educativo, sabe-se que ele deve ser dialógico, crítico, horizontal; que deve respeitar as diferenças de saberes e reconheça-as como parte da construção da humanidade e da civilidade das pessoas e também dos grupos sociais a que pertencem, mesmo que tal proposição ética e ideológico-política seja única.

A educação popular em saúde não é um único projeto pedagógico a valorizar a diversidade e a heterogeneidade dos grupos sociais, a intercomunicação entre os diferentes atores sociais, o compromisso com os grupos subalternos, as iniciativas dos educandos e o diálogo entre o saber popular e o saber científico (Vasconcelos, 2015, p.30).

Já Cruz et al (2020) vai nos dizer que os processos de Educação Popular em Saúde (EPS), constituem uma concepção e formas de atuar como um campo da saúde nascido dentro e a partir dos movimentos sociais não-hegemônicos, cuja premissa sé que os sujeitos se posicionem com indignação contra práticas sociais dominantes e, ao mesmo tempo entendam que os sujeitos indignados devem superar as ideologias dominantes.

Assim, entende-se que a concepção de participação nos remete a uma perspectiva contrária à passividade e que defenda uma lógica ativa de ser e viver; em especial, naquilo que se refere às práticas sociais e políticas. É necessário, então, que a participação seja assertiva e ativa em todas as instâncias e domínios (FaundeZ,1993).

Nesse sentido, o Observatório de Educação Popular em Saúde e a Realidade Brasileira tem desenvolvido esforços para incentivar processos de participação em uma perspectiva popular e democrática. Para isso, tem apostado no estímulo a participação qualificada de diferentes sujeitos e instituições, incluindo, as populações mais vulnerabilizadas que, na medida em que se inserem nas suas ações, aprendem, ensinam, apoiam, recebem apoios e se fortalecem na luta por direitos e dignidade humana.

8. Diálogo: princípio fundamental na construção do Observatório de Educação Popular em Saúde e a Realidade Brasileira

Fato é que, na Educação Popular em Saúde, não é possível existir democracia e participação sem o diálogo, sem a construção coletiva, sem a troca de conhecimentos. Nesse tipo de educação, é condição especial que as pessoas participem de forma singular e atuante na construção do conhecimento e da luta política.

O exercício do diálogo é uma experiência de comunicação e humanização que só pode ser realizada por sujeitos que, envolvidos em uma ação dialógica, permitem-se, de forma consciente, horizontal e autêntica, produzir diálogo. Dessa forma, um e outro trocam ideias e apropriam-se mutuamente de saberes e visões de mundo e de pessoa a partir da verdade relativa de cada envolvido.

Essa atividade de produção de processos comunicacionais e de conversação franca e verdadeira é, para Paulo Freire, o movimento onde as pessoas envolvidas no diálogo devem exercitar uma postura crítica e reflexiva, considerando a visão de mundo e de pessoa e também deve ter consciência de que o diálogo carece de análise da realidade objetiva, em que os homens e mulheres se inserem (Freire, 2002).

Assim, para se dar consecução as metodologias dialógicas e participativas na pesquisa em educação, fazem-se necessários, ao mesmo tempo, uma abertura e um entendimento do que venha a ser esse tipo de lógica e prática metodológica. Fato é que, para esse tipo de prática social, devem haver abertura e capacidade de escuta e produção de sentidos, intenções e práticas comuns.

Tal qual a experiência humana numa dimensão dialógica é a pesquisa, na lógica filosófica. Isso requer que fundamentos da dialética componha o repertório de concepção de investigação, apontando, assim, para posturas e atitudes coerentes do pesquisador com base na Educação Popular e o pensamento de Paulo Freire.

O mesmo Freire (2002) disserta acerca das limitações que a sociedade se coloca quando assume uma postura antidialógica, criando abismos e disparidade entre as pessoas, ficando, assim, a sociedade distante da democracia, sinalizando que a cultura hegemônica coloca a palavra como ponte fundamental para o exercício do diálogo e ela mesma tem dificuldade de dialogar, mas o pesquisador socialmente comprometido e humanista precisa desenvolver suas investigações com criticidade e senso de democracia.

Na mesma linha de pensamento, Melo Neto (2002, p.60) ressalta que o diálogo é uma ação comunicativa entre sujeitos, que se dá em uma experiência real. Nesse sentido, “a comunicação indica que, em cada situação definida, os participantes podem modificar sua definição inicial da situação, tornando-se parte de novas interpretações que os demais atores deram a ela. Isso leva à possibilidade do diálogo ilimitado”, o que pode ser compreendido como o diálogo enquanto experiência da escuta amorosa e cuidadosa do outro, sem processos de convencimento.

Posto isso, é fundamental pensar que categorias de análises como diálogo, dialética, dialógica, Dialogicidade são estruturantes para os processos de Educação Popular em Saúde (EPS) e isso deve ser considerado em qualquer e todas as experiências educativas que pretendem apoiar processos de mudanças nas relações humanas na produção do conhecimento em saúde.

9.A Extensão Popular como sustentação do Observatório de Educação Popular em Saúde e a Realidade Brasileira

O Observatório de Educação Popular em Saúde e a Realidade Brasileira é, essencialmente, uma experiência de extensão popular, mesmo que contenha, em si, práticas formativas e pesquisadoras e apresente uma potência também de mobilização e participação popular em todo o Brasil e com conexões na América Latina.

Assim, quando nos referimos ao termo função sustentadora, estamos desejando explicitar a força ancoradora da extensão popular, ou seja, uma das bases estruturantes, juntamente com a Educação Popular na perspectiva freiriana.

A compreensão da extensão popular tem a ver com o papel da universidade junto a luta das pessoas excluídas pela sua decência, dignidade e emancipação. Ao vislumbrarmos uma ideia de extensão popular, está em nosso raio de visão as diversas modalidades dessa área, mas é necessário explicitação da lógica ético e política de qual tipo de extensão se tem e do que se precisa quando atuamos em comunhão com as pessoas em situações de vulnerabilidades sociais e econômicas.

Trata-se, pois, de forma e/ou abordagem de Extensão Universitária que se funda e se orienta princípios, ideias e práticas da Educação Popular, em profundo vínculo com a contribuição de Freire, mas não só; isso porque também inclui outros pensadores do campo das ciências da educação e das ciências humanas. Na prática, então, desenvolvem-se experiências e práticas de ensino, pesquisa e da própria extensão, a partir da valorização de diferentes saberes e fazeres, bem como em relação à produção de autonomia das pessoas para uma transformação das realidades de pessoas que são excluídas dos bens e serviços produzidas por elas mesmas.

Por outro lado, Melo Neto (2014) vai nos inspirar em uma reflexão de que o termo popular na extensão apresenta possibilidades de compromissos da universidade como autora de ações que valorizem a ligação entre o ensino e a pesquisa com o cotidiano da vida das pessoas e as suas diferentes realidades. Com isso, colabora para que as práticas acadêmicas e a realidade das pessoas possam ser refletidas, estimulando, com isso, um distanciamento de práticas alienantes tantos dos docentes e dos estudantes, como também das pessoas dos grupos sociais subalternizados que são atores das atividades de extensão.

Isso posto, fazemos um diálogo também com Cruz et al (2021), quando nos aponta que a Extensão Popular deve ser significativa e útil (não no sentido utilitário apenas) para as pessoas, podendo ser desenvolvida entre universidade e comunidade (grupos sociais distintos) na realidade objetiva, com o desígnio de reduzir as desigualdades e injustiças sociais que afetam a maioria das populações vulneráveis (Cruz, et al, 2021).

Na mesma linha de pensamento, o autor (2021) indica-nos que a que Extensão deve ser compreendida como comunicação, como trabalho social, que deve se articular com o ensino e a pesquisa. Isso nos leva a outro pensamento: o de Paulo Freire (2018), quando preceitua que a educação é um ato comunicativo entre que o que se ensina e quem aprende: na visão de Freire, com a qual concordamos, quem ensina aprende com o aprendiz e o aprendiz ensina

a quem ensina (Cruz, 2021; Freire, 2018). Esse tipo de experiência colabora na formação de pessoas críticas e em buscadoras de emancipação.

10. Considerações

Os processos de educação em saúde têm enorme capacidade de mobilizar pessoas, tocar corações e mentes. Tanto no que se refere às dimensões educativas propriamente ditas quanto nos processos inspiradores de novas formas de pensar-se o ser do humano, a vida e a saúde. Nesse sentido, percebe-se que a Educação Popular em Saúde (EPS) é uma força amorosa de produção de novas consciências libertárias, bem como experiências civilizatórias e de humanidades no campo da saúde coletiva.

Foi a EPS e sua potência ético e política que inspirou a criação do Observatório de Educação Popular em Saúde e a Realidade Brasileira, uma experiência que envolve pessoas de todo o Brasil e desenvolve experiências e práticas de formação, pesquisa, extensão e engajamento social e político em torno de grandes temas nacionais, com o protagonismo de diferentes e potentes sujeitos da saúde coletiva e de outras áreas. Isso faz acontecerem novas configurações de processos educativos, comunicativos e de participação no Sistema Único de Saúde (SUS) desde o período pandêmico até os dias atuais.

Fundamental é que pesquisadores possam se lançar em processos de investigação que colaborem com o entendimento de concepções e práticas políticas desumanizantes e humanizantes, posturas e projetos de poder, incluindo a possibilidade de desmitificar o que sustenta, por exemplo, os projetos de nação dos Governos Bolsonaro e Lula, ajudando, assim, na compreensão de como estes são autoritários e/ou emancipatórios.

Pensar que a lógica da Teologia do Domínio e a Lógica Humanista devem ser estudadas, observadas e visibilizadas como propulsora de produção de morte e/ou de vida nas sociedades contemporâneas, de abandono ou de cuidado com a saúde do povo brasileiro é estruturante para pensar a sociedade brasileira que se tem e que se quer construir.

É necessário compreender as novas formas organizativas da Educação Popular no período de pós-pandemia do COVID-19, refletindo acerca das novas configurações da Educação Popular em Saúde (EPS), considerando, inclusive, a experiência do Observatório de Educação Popular em Saúde e a Realidade Brasileira.

Os esforços a serem empreendidos apontam para que o estudo coloque em evidência as contribuições no campo da Educação Popular em Saúde (EPS) vistas durante os processos organizativos vividos pelos participantes do Observatório de Educação Popular em Saúde e a

Realidade Brasileira, que tem se voltado para o controle das Arboviroses após o Governo Bolsonaro, por exemplo.

Fulcral é caracterizar os diálogos produzidos pelos coletivos de Educação Popular em Saúde entre si a partir do olhar do Observatório de Educação Popular em Saúde e a Realidade Brasileira sendo, pois, essa categoria de análise e princípio estruturantes da Educação Popular em Saúde (EPS) e premissa fundamental para apoio as lutas contra o fascismo e defesa da democracia e do SUS.

Assim, é significativo ter consciência que esse estudo, apesar de suas limitações, é uma das potências para, criativamente, desenvolver as ideias sobre Dialogicidade no desenvolvimento do Observatório de Educação Popular em Saúde e a Realidade Brasileira (PINAB/EXTELAR/UFPB).

Não se espera colocar fim aos processos que investiguem as muitas dimensões, potências, limites e contribuições do Observatório de Educação Popular em Saúde e a Realidade Brasileira, ao campo da Educação Popular em Saúde (EPS), mas sim, seguir colaborando com reflexões acerca desse tema e, quiçá, inspirar outras pessoas e outros estudos semelhantes.

Referências

BRASIL, Decreto Legislativo N°6, **Diário Nacional da União**, pág., nº1, 2020.

BRITO, Pedro Nascimento Araújo; SILVA, Felipe Marques da; SILVA, Analiza dos Santos; SILVA, José Carlos da; CRUZ, Pedro José Santos Cruz. Reunir, compartilhar, perceber, agir: um relato de experiência do Observatório de Educação Popular em Saúde e realidade brasileira. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, p. 101–116, 2022. DOI: [10.14393/REP-2022-67314](https://doi.org/10.14393/REP-2022-67314). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/67314>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

COSTA, Ana Maria; RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Lula Presidente: a herança e os desafios para o campo democrático. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 135, p. 921-925, Out-Dez 2022.

CRUZ, Pedro José Santos, BRITO, Pedro Nascimento Araújo, SANTANA, Eloisa Laura Pereira, SILVA, José Carlos da; BARBOSA, Daniella de Souza, MORAES, Odara Alves; Educação popular no sus: desafios atuais no olhar do observatório de educação popular em saúde e realidade brasileira. **Ciência e Saúde Coletiva**. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/educacao-popular-no-sus-desafios-atuais-no->

Educação popular em saúde, teologia do domínio e humanismo no Brasil: pelas lentes do Observatório de Educação Popular em Saúde

olhar-do-observatorio-de-educacao-popular-em-saude-e-realidade-brasileira/18988?id=18988.
Acesso em 30/03/2024.

CRUZ, Pedro José Santos; SILVA, Maria Rocineide Ferreira da; PULGA, Vanderléia Laodete; MACHADO, Aline Maria Batista; BRUTSCHER, Volmir José. Educação Popular em Saúde: concepção para o agir crítico ante os desafios da década de 2020. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, p. 6–28, 2020. DOI: 10.14393/REP-2020-56014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/56014>. Acesso em: 30/03/2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 8. ed. São Paulo: Villa das Letras, 2007.

FAUNDEZ, Antônio. **O Poder da Participação**. Editora Cortez. São Paulo. 1993.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. (Trad.: Maria Viviana V. Resende). 2ª ed., Brasília: MMA, 2006 (Série Monitoramento e Avaliação, 2).

MARIANO, Ricardo. O futuro não será protestante. **Ciências Sociais e Religião**, nº 1, ano 1, 1999, pp. 89-114.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

PEREIRA, Eliseu. Teologia do domínio: uma chave de interpretação da relação evangélico-política do bolsonarismo. **Projeto História**, São Paulo, v. 76, pp. 147-173, Jan.-Abr., 2023

ROCHA, Daniel. “Faça-se na Terra um Pedaço do Céu”: Perspectivas Messiânicas na Participação dos Pentecostais na Política Brasileira. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 52, n. 3, p. 607-632, Set./Dez. 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela. Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n. 1, 2008. DOI: 10.14393/REP-2007-19988. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>. Acesso em: 30/03/2024.

RUSHDOONY, Rousas John. The institutes of Biblical law/2 Law and society. **The institutes of Biblical law**, 1982.

SANTANA, Luciana; PEREZ, Olivia Cristina; NASCIMENTO, Emerson Oliveira do (Org). Pandemia, negacionismo e crise no governo Bolsonaro. In: **Governo e o enfrentamento da COVID-19**. Maceió, AL: EDUFAL, 2021.

SOUZA, Ingrid Gabriele de; CARVALHO, Lais Maris Silva de; SILVA, Filipe Marques da; VASCONCELOS, Ana Claudia Cavalcante Peixoto de; CRUZ, Pedro José Santos. Experiências de extensão em educação popular em saúde no enfrentamento à pandemia da COVID-19 na Atenção Primária à Saúde. **Interface**. Botucatu, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.210146>

SILVA, Alessandro da; CASTRO-SILVA, Carlos Roberto; MOURA, Ludmila de. Pesquisa Qualitativa em Saúde: percursos e percalços da formação para pesquisadores iniciantes. **Saúde Soc.** São Paulo, v.27, n.2, 2018, p.632-645.

MELO NETO, José Francisco. **Extensão popular.** 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

MELO NETO, José Francisco. Dialética - Uma visão marxista. In: MELO NETO, José Francisco. (org.). **Dialética.** João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2002.

VASCONCELOS, Eymard. Mourão. **Educação popular e atenção à saúde da família.** 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 2015.

VAZQUEZ, Daniel Arias, SCHLEGEI, Rogerio. Do Bolsa Família ao Arcabouço Fiscal: perspectivas sobre a agenda social do terceiro Governo Lula. **Cad. Saúde Pública**, 2023; 39. Disponível: <https://www.scielo.br/j/csp/a/N6N8WTB5spnL6gJgT6BDfjM/?lang=pt>

Sobre os/as autores/as

José Carlos da Silva

Historiador. Especialista em Antropologia da Saúde. Educador Popular em Saúde. Mestre e Doutor em Educação (UFPB/UFPE). Pós – Doutorando em Educação (UFPB). Email: josecarlosilvan@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4400-8608>.

Daniella de Souza Barbosa

Possui Graduação em Fisioterapia (2003), Especialização em Gerontologia (2004), Mestrado em Educação (2009) e Doutorado em Educação (2014), pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é Professora Adjunta no Departamento de Promoção da Saúde (DPS) do Centro de Ciências Médicas (CCM) no Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Email: daniella.souza.barbosa@academico.ufpb.br. Orcid: <https://orcid.org/0003-3533-146X>.

Recebido em: 24/08/2025

Aceito para publicação em: 23/09/2025